



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

LVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE MINAS GERAIS
PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA

GRUPO TEMÁTICO II

QUESTÃO 1 – Valor: 4 (quatro) pontos.

Para mais profunda sujeição do processo penal brasileiro ao princípio da correlação, as regras que o disciplinam, durante décadas mantidas inalteradas, foram objeto de modificações. Aborde, consoante as lições da doutrina e jurisprudência, as alterações da nova disciplina, destacando, entre outros aspectos: os princípios que de modo mais direto se vinculam ao da correlação, o respeito ao sistema processual brasileiro, as mudanças procedimentais introduzidas, seu fundamento, e os limites de seu cabimento e necessidade.

Observe o limite máximo de 60 (sessenta) linhas, nele já compreendida norma legal eventualmente transcrita.

QUESTÃO 2 – Valor: 2 (dois) pontos.

Discorra sobre os principais aspectos da culpa imprópria, situando-a no contexto da legislação penal brasileira.

Observe o limite máximo de 20 (vinte) linhas, nele já compreendida norma legal eventualmente transcrita.

QUESTÃO 3 – Valor: 2 (dois) pontos.

Defina o que são *crimes de acumulação*, exemplificando e justificando sua punibilidade.

Observe o limite máximo de 15 (quinze) linhas, nele já compreendida norma legal eventualmente transcrita.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

QUESTÃO 4 – Valor: 2 (dois) pontos.

João M.C., de 59 anos de idade, capaz, em virtude de gravíssimo quadro de saúde, foi internado no setor de terapia intensiva de um renomado nosocômio de Belo Horizonte, local onde todos os cuidados médicos passaram a ser-lhe aplicados. Dias depois, no período da manhã, orientado pela equipe médica sobre a irreversibilidade da doença, bem como da inexistência de terapias eficazes para sua cura, o paciente afirmou, peremptoriamente, o desejo de dispensar toda sorte de cuidados técnicos, a fim de que pudesse morrer em paz, fazendo cessar, assim, todo o sofrimento a que estava submetido. A família do doente assistiu esta manifestação de vontade. Naquela mesma noite, *João M.C.* caiu em coma profundo. Os médicos, então, acatando a vontade do doente, embora podendo não fazê-lo, interromperam todos os procedimentos que lhe prorrogariam artificialmente a vida, cuidando, porém, de prover cuidados paliativos para mitigar o seu sofrimento. *João M.C.* faleceu no dia seguinte. Tempos após, o Conselho Federal de Medicina aprovou a atitude dos médicos, reconhecendo-a como não violadora de preceitos éticos elencados nas normas profissionais, deixando, pois, de aplicar-lhes qualquer sancionamento. A partir desse cenário, disserte sobre as repercussões penais do caso, à luz, inclusive, de preceitos máximos insertos na Constituição Federal.

Observe o limite máximo de 30 (trinta) linhas, nele já compreendida norma legal eventualmente transcrita.